



**PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**
Secretaria Municipal de Educação
Conselho Municipal de Educação
Rua Mata Machado nº 15 - Maracanã
Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20271-260
Telefone: 3234-4159
smecme@rioeduca.net

ATA DA 889ª SESSÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e dezoito, o Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro (CME) realiza a 889ª sessão, constituindo-se em Plenária Pública, sendo presidida por César de Queiroz Benjamin, Secretário Municipal de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro e Presidente deste Colegiado. Presentes os Conselheiros Afonso Celso Teixeira, Ana Maria Gomes Cezar, Maria de Lourdes Albuquerque Tavares, Maria de Nazareth Machado de Barros Vasconcellos, Simone Monteiro de Araújo, Maria de Fatima Cunha, Luiz Otavio Neves Mattos, Mariza de Almeida Moreira, Marise de Fátima Raposo Borges e Rosana da Silva Medeiros. Justificada a ausência das Conselheiras Izabel Cristina Gomes da Costa e Lígia Maria Motta Lima Leão de Aquino. A sessão inicia com os informes, momento em que a Secretária deste Conselho comunica o envio, por e-mail, do documento da UNCME adiando o Encontro do Sudeste para o dia 10 de julho, em Angra dos Reis, e o Encontro Estadual para o dia 13 de setembro, em São Pedro da Aldeia. (e-mail enviado em 17/04 contendo comunicado e Ofício nº 03/2018/UNCME/RJ), além da ata da 888ª sessão para leitura prévia. A seguir, a Conselheira Marise de Fátima convida a todos para assistir a série “Gente de Escola”, produzida pela Multirio, no dia 09 de maio, às 13h 30, na Escola Municipal República do Peru, cujo episódio retrata seu dia a dia em prol da educação carioca. Prosseguindo, são aprovadas as atas 887ª e 888ª sessões e realiza-se o agendamento das sessões do mês de maio/2018 para os dias 08, 15, 22, e 29, destinando-se a última data à Plenária Pública. Dando prosseguimento aos trabalhos, os Conselheiros se dividem em Câmaras: a Câmara de Educação Infantil e Ensino Fundamental dá continuidade ao trabalho com vista à atualização da Deliberação CME nº 22/2012 e a Câmara de Políticas Educacionais aplicadas às Políticas Sociais revisa o texto final da Indicação CME nº 07/2018. Findo o tempo destinado ao trabalho das Câmaras, tem início o debate sobre as palestras que fizeram parte do tema “Gestão Escolar”. A Conselheira Rosana da Silva elogia a palestra ministrada pelos Professores Silas Ayres de Mattos e Adir Almeida, destacando que naquela oportunidade as sensações de alegria e tristeza se misturaram ao ouvir sobre o processo de implantação do Conselho Escola Comunidade - CEC. Alegria por saber que a escola se mantinha fechada à participação dos responsáveis e que foi possível construir um espaço participativo após muita persistência e vontade política. Por outro lado, com tristeza constata que ideia inicial do CEC foi se perdendo, estando hoje associada à garantia de repasse de verba do governo federal. Destaca a importância da participação frente à clientela tão diversa que constitui a Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. A Conselheira Marise de Fátima relata que admirou a palestra ministrada pelo citado professor, pontuando que o trabalho do CEC depende da parceria com a Direção da escola. Destaca, ainda, sua emoção com a fala dos membros do “Rap da Saúde”, que estiveram presentes a este Conselho para tratar de questões relacionadas ao protagonismo juvenil. O Conselheiro Luiz Otavio relata que a palestra do Prof. Silas Mattos trouxe uma visão política dos fatos e afirma que a proposta política do CEC está correta, muito embora sua execução seja complexa. Sobre o assunto, questiona o Presidente deste Colegiado a respeito da participação dos responsáveis em outros países. Questiona, também, sobre a necessidade de existência de CEC para que a participação se efetive. A Conselheira Mariza Moreira faz um breve relato sobre a participação política na Suíça, ressaltando que o Prof. Silas Ayres de Mattos tinha um sonho e que as pessoas naquele momento histórico não mediram esforços para que se tornasse realidade. Pontua que cada escola desta Rede Pública Municipal de Ensino deve encontrar o caminho para que o CEC funcione, eis que cada uma se constitui de forma singular. A Conselheira Maria de Nazareth concorda com a Conselheira Marise de Fátima quando afirma que CEC é parceria com a Direção da escola, pontua que a escola é o reflexo da sociedade e ressalta a ideia do protagonismo dos responsáveis trazida pelo Presidente deste Colegiado. A

Conselheira Simone Monteiro ressalta a importância de se reunir os elementos necessários para uma Gestão Democrática eficiente e uma política pública que fortaleça essa gestão. O Conselheiro Afonso Celso considera que a escola está se fechando e que, por diferentes razões, muitos funcionários estão perdendo o vínculo com a instituição. Nesse contexto, questiona como atrair esses segmentos, além de responsáveis e alunos, para o espaço da escola cuja relação deve ultrapassar o binômio de ensino e aprendizagem. A Conselheira Fatima Cunha ressalta que foi aluna de escola da Rede Pública do RJ, tendo a oportunidade de vivenciar a atuação do CEC em diversos momentos de sua trajetória. Atualmente ao acompanhar sua filha, também estudante desta Rede, percebe a dificuldade de participação. Segundo a dita Conselheira, o CEC e Direção estão envolvidos em uma espécie de disputa de poder. Ressalta que se faz necessário mostrar aos Diretores a proposta da Secretaria Municipal de Educação (SME) para o funcionamento do CEC. Com a palavra, o Presidente deste Conselho pontua que a palestra do Prof. Silas Mattos sobre gestão democrática teve como foco os anos 80, momento de grande mobilização da sociedade e da criação de novas instituições. Respondendo ao Conselheiro Luiz Otávio, relata como acontece a escolha de Diretores em países como Alemanha e Inglaterra. Comenta que no Brasil há uma grande valorização das regras em detrimento dos consensos básicos e fins, o que gera uma crise de valores, uma perda de referenciais, que se reflete na escola. Relata que não acredita existir fórmulas para escolha de Diretores, porém de acordo com nosso contexto sócio cultural, a forma que lhe parece mais adequada ainda é a eleição, apesar dos problemas que se apresentam ao longo do processo. Afirma que vem tentando na SME implantar novas formas de tornar a Gestão mais democrática, propondo a auto avaliação das escolas, o incentivo ao protagonismo juvenil e familiar, grêmios estudantis, dentre outras, com a finalidade de facilitar a construção de novo caminho. A Conselheira Mariza Moreira relata sobre a dinâmica de atendimento aos responsáveis e o comportamento dos alunos nas escolas da Suíça, deixando clara a ideia dos fins daquele contexto social. Retomando a palavra, o Presidente desta Casa trata da importância dos alunos conhecerem as obras clássicas de seu país, citando Machado de Assis e Graciliano Ramos como autores que teve oportunidade de conhecer e admirar e hoje, aparentemente, há um grande exagero quando se admite que Villa Lobos e funk tenham o mesmo valor. Ressalta a necessidade de se valorizar a história, eis que os cidadãos são frutos desse processo, sendo a escola portadora da memória cultural. No do Brasil quando não se valoriza a obra de Machado de Assis por ser considerado um saber da elite, fica evidenciado que a crise cultural é muito profunda. Perdemos a identidade de nação, porque nação pressupõe povo e tempo, sendo esse último, o tempo cultural. Sobre a questão, a Conselheira Simone Monteiro considera que o provável desconhecimento do professor sobre os clássicos brasileiros, o leva, muitas vezes, a não franquear o acesso dos alunos a essas obras. Desse entendimento, resultou a criação da Biblioteca do Professor, cuja oferta de diversas obras, facilitou a criação de novos padrões e referências, de formas a favorecer a ampliação do repertório do aluno. O Conselheiro Luiz Otávio destaca que o momento atual se constitui no resultado das escolhas das décadas de 1980 e 1990, quando foram feitas seleções a cerca do que “serve” e o que “não serve” para aquele momento histórico. A Conselheira Maria de Nazareth fala do diálogo e do respeito ao outro como palavras essenciais à democracia. Finalizando, o Presidente fala a respeito da capacidade de outros povos em se comunicar e dialogar. Exemplifica sua afirmativa afirmando que em diversos países da América Latina, o povo constrói frases longas, impregnadas de riqueza vocabular e expressão, ao contrário da situação vivenciada no Brasil onde a pobreza de vocabulário dificulta as capacidades de expressão e formulação do pensamento. Encerrando os trabalhos, a Conselheira Marise de Fátima enfatiza a importância das reflexões favorecidas pelas palestras realizadas e nesta sessão. E, por não haver nada mais a declarar, eu, Maria da Conceição Madeira, matrícula 11/094.175-7, Secretária do CME/RJ, lavro a presente ata, que é assinada por mim e pelos presentes na folha de presença, em anexo.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2018.

MARIA DA CONCEIÇÃO MADEIRA
11/094.175-7
Secretária do CME/RJ